

Cidadania na União Europeia

Rui Gamboa de Medeiros

Universidade dos Açores (Mestrando)

Um dos objectivos do processo de integração europeia é aprofundar a cidadania europeia, que tal como está consagrada actualmente nos tratados, é ainda muito insípida. Para que tal aconteça, será necessário que seja definida de forma cada vez mais concreta, para que os europeus se revejam nesse conceito e para que sintam fazer parte de uma identidade europeia. O sistema educativo tem, neste contexto, um papel determinante, da mesma forma que o foi aquando da consolidação das identidades nacionais. Será desde os primeiros anos de escola, que se deverá inculcar o significado de cidadania e de pertença a uma comunidade europeia.

Uma das grandes críticas ao processo de integração europeia é o facto das instituições comunitárias estarem ‘longe’ dos cidadãos, estes são objecto das decisões e não sujeitos da comunidade política europeia. Isto decorreu do método funcionalista que Jean Monnet concebeu para a construção europeia, que através de decisões de elites, de cariz essencialmente económico, criou um grande desinteresse por parte dos cidadãos.

Nas regiões periféricas e ultra-periféricas, esse desinteresse é sentido de forma ainda mais aguda. George Steiner escreveu na sua *Ideia da Europa* que um dos principais factores para a construção de uma identidade europeia é a possibilidade de percorrer a Europa a pé. Esta afirmação põe a nu a situação de exclusão que vivem os habitantes das regiões ultra-periféricas das ilhas, que além de padecerem do desinteresse pelas instituições europeias, que é comum à maioria dos europeus, vêem-se ainda afastados dessa possibilidade de participar no processo de construção de uma identidade europeia, tal como Steiner o concebeu.

Apesar da cidadania europeia, institucionalizada com o Tratado de Maastricht, em 1992, ter sido um passo importante na tentativa de estabelecer uma ligação mais próxima entre as instituições e os cidadãos, a verdade é que continua a ser observável uma grande dose de falta de informação, relativamente à União Europeia e, talvez mais importante, a tal identidade europeia não se desenvolveu. Uma das explicações poderá residir na falta de democraticidade, que tantas vezes é apontada à União Europeia. Verifica-se, por via da transferência de poderes dos Estados membros para a União e porque as políticas são adoptadas por órgãos próprios da União e não por representantes dos Estados, que os cidadãos não têm o poder de responsabilizar directamente aqueles que tomam, verdadeiramente, as decisões e que, dessa forma, afectam a sua vida, um bom exemplo disso e talvez o mais significativo é a moeda única.

Democraticidade na União Europeia

Uma das formas de construir uma cidadania europeia verdadeira, será através do combate a este deficit democrático. Nos contextos nacionais, as cidadanias têm vindo a ser fortalecidas devido à participação activa que as sociedades têm na condução das políticas, seja através do voto, seja através de lutas e conflitos que permitiram, em muitos casos, que os cidadãos adquirissem uma série de direitos e deveres e, ganhando ao mesmo tempo, uma identidade comum. Será, então, imperioso que a União disponibilize a todos os seus cidadãos e a todas as instituições políticas que eles fazem parte, formas para participarem no processo político, ganhando por um lado, a tão requerida democraticidade e, por outro ao fortalecimento da cidadania europeia.

Apesar de todos os problemas supracitados que revestem a construção europeia, a verdade é que a Europa é uma realidade para todos os seus cidadãos, seja de uma forma mais ou menos próxima, seja de uma forma mais ou menos consentida, e todos sabem que são

‘europeus’, apesar de se sentirem, antes de mais portugueses, espanhóis, ingleses, ou açorianos, catalães, escoceses, etc.

O alemão Jürgen Habermas afirmou que numa democracia liberal, os cidadãos devem sentir-se leais e identificados não com uma identidade comum, mas sim com princípios constitucionais que garantam plenamente os seus direitos e liberdades. Esta parece ser uma proposta muito interessante, uma vez que congrega em si o melhor da tradição liberal e tolerante europeia ao mesmo tempo que garante uma participação efectiva dos cidadãos na condução das políticas que lhes dizem respeito. Por outro lado, Habermas combate o terrível nacionalismo de cariz étnico, que tem sido o inimigo da paz na Europa e que se afigura como um das principais ameaças à construção europeia e que, no dealbar deste século XXI, ganha um alento preocupante.